

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.546.845 - SP (2019/0211828-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A  
**ADVOGADO** : CARLOS EDGAR ANDRADE LEITE - SE004800  
**AGRAVADO** : LUPATECH S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : ARTHUR ANTONIOLI DE ARAUJO - SP266208  
JOÃO MARCOS CAVICHIOLI FEITEIRO - SP307654  
**INTERES.** : ALTA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL EIRELI -  
ADMINISTRADOR  
**ADVOGADO** : AFONSO RODEGUER NETO - ADMINISTRADOR  
JUDICIAL - SP060583

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/2015). EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DESCUMPRIMENTO JUDICIAL RECONHECIDO. MULTA DEVIDA. DISPOSITIVOS SUPOSTAMENTE VIOLADOS. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA N. 283/STF. VALOR DA MULTA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. PARÂMETRO NA FIXAÇÃO DA MULTA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 215):

*Agravo de instrumento – Exceção de pré-executividade objetivando rediscutir a validade de multa por descumprimento de decisão judicial (fornecimento de energia elétrica) – Improcedência – Inconformismo – Não acolhimento – Discussão sobre o cabimento e o valor de multa cominatória (astreintes) é matéria que pode ser conhecida de ofício pelo juiz, não sofrendo os efeitos da preclusão - Exceção de pré-executividade que é cabível – Precedentes do C. STJ nesse sentido – Quanto à questão de fundo, após a decisão judicial*

*da origem que determinou a criação de nova fatura relativa aos serviços prestados após o pedido de recuperação, ficou superada a discussão sobre a natureza concursal ou extraconcursal do crédito indicado na fatura com vencimento em 15.06.2015 (mês em que foi feito o pedido) – A partir da referida decisão, o corte de energia deixou de ser legítimo – Multa cominatória que é válida, porém excessiva - Particularidades do caso que justificam a redução ex officio do valor da multa para R\$ 100.000,00 (art. 537, § 1º, I, do CPC) – Decisão mantida – Recurso desprovido, com redução, de ofício, do valor da multa fixada.*

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta vulneração aos arts. 49 da Lei 11.101/2005; e 537, § 1º, I, do Código de Processo Civil. Aduz que não houve descumprimento da decisão que ensejou a execução de *astreintes*, porquanto que não houve corte no fornecimento de energia elétrica com base em dívidas sujeitas à recuperação. Afirma que o acórdão recorrido considerou sujeito aos efeitos da recuperação crédito ocorrido em momento posterior ao pedido. Afirma, ainda, que suspendeu o fornecimento de energia elétrica da unidade consumidora em razão do não pagamento da fatura referente ao mês de junho de 2015, no valor de R\$ 2.257,50, vencida em 15/06/2015, referente à dívida existente após o pedido de recuperação judicial ocorrido em 26/05/2015. Com relação à multa fixada, defende que, não obstante tenha sido reduzida pela Corte Estadual, o montante de R\$100.000,00 permanece desproporcional e excessivo, além de totalmente incompatível com o valor da fatura inadimplida, R\$ 2.257,50.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 291-306).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ, fls. 414-415), o que ensejou a interposição do presente agravo.

Foram impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

Com relação à suposta violação ao art. 49 da Lei 11.101/2005 e à

alegação de que não houve descumprimento da decisão que ensejou a execução de *astreintes*, sustentando que não houve corte indevido no fornecimento de energia elétrica, a Corte Estadual manifestou-se no seguinte sentido (e-STJ fls. 226)

*Diante do exposto, tem-se que:*

*A princípio, à vista das decisões judiciais proferidas em 12.06.15, 06.07.15 e 12.08.15, não há irregularidade na interrupção do fornecimento de energia elétrica em razão do não pagamento da fatura vencida em 15.06.2015 (fls. 81).*

*Acontece que, no curso da recuperação judicial, surgiu a discussão sobre se o crédito relativo à referida fatura estaria sujeito aos efeitos dela ou não.*

*O grupo agravado argumenta que o crédito passa a existir com a prestação do serviço, razão pela qual o crédito relativo à energia elétrica consumida até a data do pedido de recuperação – i.e., até 26.05.2015 – está enquadrado no art. 49, caput, da Lei 11.101/05 (vide fls. 183/184 da contraminuta).*

*Portanto, no seu entender, parte do valor cobrado na fatura com vencimento em 15.06.2015 constitui crédito concursal e não justifica os cortes de energia.*

*A agravante, por sua vez, defende que o crédito surgiu com o vencimento, e destaca a decisão judicial de 06.07.2015, a qual determina que "as contas vencidas posteriormente à distribuição do pedido deverão ser pagas normalmente pelas recuperandas, nos termos da lei" (fls. 39).*

*Logo, por se tratar de crédito extraconcursal, não se submete aos efeitos da recuperação e, por ter sido inadimplido, os cortes no fornecimento de energia são legítimos.*

*Contudo, após a decisão proferida em 11.09.2015 - a qual não só determinou, pela segunda vez, o reestabelecimento da energia na planta industrial da Sotep, como também que a agravante apresentasse "em 10 dias fatura contendo exclusivamente o valor em aberto que seja posterior ao ajuizamento da recuperação judicial para regular pagamento pelas recuperandas" -, é evidente que a legitimidade da conduta da agravante ficou abalada.*

*É que a dúvida a respeito da natureza do crédito foi superada: com a emissão de uma nova fatura contendo o valor pelo serviço prestado após o ajuizamento da recuperação, ficou claro que, no entender do juízo recuperacional, essa parte possui natureza extraconcursal e, por isso, deve ser paga pelo grupo agravado. O restante, por consequência lógica, seria*

*concurisal.*

*Nada obstante, além da referida decisão não ter sido objeto de agravo – ocorrendo preclusão quanto à discussão da divisão da fatura em duas partes, uma concursal e outra extraconcursal -, não há notícia de que a agravante tenha cumprido com a determinação do juízo.*

*Ao que consta, **além de não ter repartido os valores, possibilitando o pagamento da parte extraconcursal por parte do grupo agravado, manteve o corte de energia – dessa vez, ilegítimo - até 21.10.2015.***

*No mais, se o grupo empresarial recuperando deixou de pagar faturas de energia mais recentes, essa questão não tem relação com a origem da multa ora discutida e, por esse motivo, não influencia na discussão deste agravo.*

*Contudo, considerando que até a decisão proferida em 11.09.2015 existia controvérsia na origem sobre a natureza do crédito que deu origem aos cortes de energia e, por consequência, quanto à legitimidade dos cortes, figura-se excessiva a manutenção da multa em R\$ 500.000,00.*

*Pelo exposto, é o caso de redução de seu valor, de ofício, para R\$ 100.000,00 (art. 537, § 1º, I, do CPC).*

*5 - Diante do exposto, houve, sim, descumprimento de ordem judicial no período compreendido entre a publicação da decisão proferida em 11.09.2015 e 21.10.2015, razão pela qual a multa é devida.*

Conforme se vê, o acórdão foi claro no sentido de que até a decisão proferida em 11.09.2015 havia controvérsia sobre a natureza do crédito que deu origem aos cortes de energia e que a partir daquela data a controvérsia deixou de existir, porquanto, naquele momento, houve determinação para que se dividisse o valor da fatura controvertida em duas partes, uma concursal e outra extraconcursal, determinação judicial essa que, de acordo com acórdão, não foi impugnada pela parte, tornando incontroversa a questão. Deixou expresso, ainda, que não houve cumprimento da decisão proferida em 11/09/2015, razão pela qual a multa é devida.

A insurgência recursal, no entanto, não refuta o fundamentos do acórdão, em especial, quanto a preclusão acerca da natureza do crédito oriundo da fatura referente ao mês de junho de 2015, vencida em 15/06/2015 e o efetivo descumprimento de determinação judicial no período entre 11.09.2015 e

21.10.2015. Logo, a teor da Súmula 283/STF, aplicável por analogia, “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.

No que tange ao art. 537, § 1º, I, do CPC, verifica-se que não se justifica, *in casu*, a excepcional intervenção desta Corte Superior a fim de revisar o valor das *astreintes*, pois o próprio Tribunal de origem, sopesando as particularidades do caso, reduziu o valor inicial da multa fixada, em razão da redução constatada no período em que se considerou haver descumprimento da decisão judicial, e rever tal conclusão esbarraria no óbice da Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS. APLICAÇÃO DE ASTREINTES. VALOR FIXADO. REEXAME DE PROVA. SÚMULA N. 7/STJ. PRAZO LIMITE DE INCIDÊNCIA DA MULTA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. INOVAÇÃO RECURSAL. MANTIDA A DECISÃO AGRAVADA.**

*1. O reexame dos requisitos para a concessão de tutela antecipada demanda reapreciação do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado nesta Corte pelo óbice do enunciado da Súmula n. 7/STJ.*

*2. Aferir a adequação da multa diária é matéria que demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, providência sabidamente incompatível com a via estreita do recurso especial por incidir a Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça, ressalvados os casos de valores irrisórios ou exorbitantes, situação que não se verifica na espécie.*

*3. O Tribunal de origem não se manifestou quanto à necessidade de prazo limite para a incidência de astreintes, o que atrai a incidência das Súmulas n. 282 e 356 do STF.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento.*

**(AgRg no AREsp 600.467/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/02/2015, DJe 12/02/2015);**

**AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DECISÃO SINGULAR DE RELATOR. MULTA DIÁRIA. DESCUMPRIMENTO DE**

**ORDEM JUDICIAL. MANUTENÇÃO DO VALOR. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.**

*1. Não viola o art. 557, do Código de Processo Civil, a decisão singular de relator fundada em confronto com súmula ou jurisprudência dominante, pois facultada à parte a interposição de agravo regimental, por meio do qual, neste caso, se submeterá a questão ao colegiado competente. Precedente.*

*2. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).*

*3. É possível a redução do valor da multa por descumprimento de decisão judicial (art. 461 do Código de Processo Civil) quando se verificar que foi estabelecida fora dos parâmetros da razoabilidade ou quando se tornar exorbitante, o que não ocorre no caso dos autos.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

**(AgRg no AREsp 511.410/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2016, DJe 25/04/2016)**

Ademais, a afronta ao art. 537, § 1º, I, do CPC, sob o enfoque dado pela parte, no sentido de que apesar da redução, o valor da multa permanece desproporcional e excessivo, além de totalmente incompatível com o valor da fatura inadimplida, no importe de R\$ 2.257,50, não pode ser analisada nesta Corte Superior, pois é tema não debatido na Corte Estadual que, com fundamento nas circunstâncias fáticas do processado, readequou o valor da multa, sem sequer mencionar o valor da fatura. No ponto, incide, também, a Súmula n. 282/STF,

Destarte, inviável a pretensão da recorrente.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

**Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.**

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**